

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Folha de S. Paulo

Título: Pagamento a elétricas pode chegar a R\$ 90 bi..... 5

O Estado de S. Paulo

Título: Deputado propõe nova agência para gerir bacia do São Francisco..... 7

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: STF derruba entrave ao processo de privatização da Eletrobras 2

Título: Hora de energia solar..... 3

VEÍCULO: Folha de S. Paulo5

Título: Pagamento a elétricas pode chegar a R\$ 90 bi..... 5

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo7

Título: Deputado propõe nova agência para gerir bacia do São Francisco..... 7

Título: Venda da Eletrobrás pode ser retomada 8

Título: Royalties do petróleo em São Paulo crescem 70% 9

Título: Petrobrás terá audiência pública nos EUA..... 11

VEÍCULO: Correio Braziliense11

Título: Com novo aumento, gasolina pesa no bolso 11

Título: População reclama..... 13

Título: STF abre caminho para a venda da Eletrobras 14

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: STF derruba entrave ao processo de privatização da Eletrobras**

Governo espera arrecadar R\$ 12,2 bilhões com a venda da empresa.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), derrubou ontem um dos entraves para a privatização da Eletrobras, ao tornar válida, mais uma vez, uma medida provisória (MP) que permite a venda da empresa. Moraes atendeu a pedidos feitos pela Câmara dos Deputados e pela Advocacia-Geral da União (AGU) e cassou a decisão do juiz da 6ª Vara Federal de Pernambuco que impedia a desestatização. Com a decisão de Moraes, o governo e a Eletrobras poderão contratar os estudos necessários para o processo de privatização da estatal.

O objetivo da MP é viabilizar a finalização do processo ainda neste ano. O governo conta com uma arrecadação de pelo menos R\$ 12,2 bilhões decorrente da privatização. Sem a garantia de que o processo será concluído este ano e de que os recursos entrarão nos cofres do Tesouro, o governo bloqueou ontem parte dos gastos que seriam viabilizados com a venda da empresa.

"ADEQUAÇÃO FISCAL"

Para a operação ser concluída, é preciso que o Congresso Nacional aprove um projeto de lei enviado pelo presidente Michel Temer em janeiro e que trata das regras para a privatização. O modelo de privatização será por meio de aumento de capital mediante subscrição pública de ações, sem que a União acompanhe, sendo sua participação diluída ao ponto de perder o controle.

No início de janeiro, o juiz Cláudio Kitner, da 6ª Vara da Justiça Federal de Pernambuco, anulou os efeitos do artigo 3º da Medida Provisória (MP) 814, que autoriza a venda da Eletrobras e suas controladas, passo necessário para que a empresa contrate as análises jurídicas e financeiras necessárias para o lançamento de ações em Bolsas de Valores. A decisão do juiz pernambucano foi tomada em uma ação popular proposta pelo advogado Antônio Ricardo Accioly Campos, irmão do ex-governador de Pernambuco e ex-candidato à Presidência da República Eduardo Campos (morto em um acidente aéreo em 2014).

Para o ministro do STF, a decisão da Justiça pernambucana de declarar a inconstitucionalidade da MP e, com isso, retirá-la do ordenamento jurídico, com

efeitos para todos, usurpa a competência do Supremo. Em sua decisão, além de cassar a liminar, Moraes determina a extinção da ação popular em curso na Justiça Federal de Pernambuco. Na ação levada ao STF, a Câmara argumentou que a urgência da MP se justifica pelo "contexto de adequação fiscal das contas públicas". A AGU apontou "efeitos danosos" na decisão da Justiça Federal, "que colidem com o interesse público de minimizar o déficit nas contas públicas".

O governo anunciou em agosto de 2017 um plano para privatizar a Eletrobras até o fim deste ano. A medida provisória foi publicada pelo presidente Michel Temer no fim de dezembro. Ela retira de uma lei que trata do setor elétrico a proibição de privatizar a Eletrobras e suas controladas — Furnas, Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Eletronorte, Eletrosul e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE).

GOVERNO PREPARA DECRETO

Com a derrubada da liminar, o governo prepara agora a edição de um decreto presidencial para incluir a Eletrobras oficialmente no Programa Nacional de Desestatização (PND). Esse passo é considerado simples pela área jurídica do Palácio do Planalto e pode ocorrer já na próxima semana. Além disso, a decisão do STF permite que a estatal contrate os assessores financeiros e jurídicos necessários para viabilizar a operação.

Uma das questões que precisam ser resolvidas, por exemplo, é como fazer a cisão da subsidiária Eletronuclear e da usina de Itaipu, que não serão privatizadas. Esses estudos também vão preparar as mudanças no estatuto da empresa, necessárias para a privatização, como a incorporação da ação de classe especial que dará poder de veto à União em ações estratégicas (chamada de golden share) e a limitação de voto de cada acionista para até 10% do capital votante. A expectativa na empresa é contratar esses assessores até o fim deste mês.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Juan José Verdesio

Título: Hora de energia solar

Muitos cidadãos ainda não acordaram para a economia que poderiam fazer na conta de energia elétrica. Além de apagar luzes ou trocar equipamentos por outros mais racionais no consumo, há mais duas possibilidades ao alcance de todos. Uma é o aquecimento solar da água; outra, a autoprodução de eletricidade com placas fotovoltaicas. O primeiro equipamento é mais acessível, de baixo custo e com possibilidades de financiamento a longo prazo. O segundo

é mais oneroso. Ambos se pagam em períodos curtos com a economia na conta de eletricidade. Dois a três anos no aquecimento da água; e de sete a oito anos na eletricidade solar. Isso é muito menos do que a vida útil dos equipamentos, de 15 a 25 anos, dependendo do tipo e do uso adequado. Em residências de famílias de baixa renda ou até média, a economia do aquecimento solar pode chegar a 44%.

Isso porque mais de 70% dos lares brasileiros usam chuveiro elétrico, altamente consumidor, quando poderiam dispor de aquecimento solar mesmo nos climas mais frios. Dezoito por cento não usam aquecimento algum, e só 5,9% utilizam gás. Na autoprodução de eletricidade por painéis fotovoltaicos, temos a possibilidade legal de vender o excedente para a distribuidora de eletricidade. A economia, dependendo da instalação, pode ser de quase 100% da conta. E os políticos? Por que deveriam estar mais interessados na energia solar? Também ainda não acordaram para os votos que poderiam ganhar incentivando o uso destas alternativas.

Já há municípios que fazem isso. Belo Horizonte é hoje a capital da energia solar. Outros têm adotado legislações similares, mas ainda faltam muitos. Milhares de cidades brasileiras precisam de legislações adequadas que promovam a energia solar. E há ainda vantagens para os operadores do sistema. Todos conhecemos ou sofremos com a perda de algum equipamento elétrico por picos de potência em certas horas do dia nas nossas residências. Em muitos casos, isso acontece pelo uso do malfadado chuveiro elétrico. Como tomamos banho nos mesmos horários, demandamos no fim de tarde ou no início do dia grande quantidade de energia. Os chuveiros elétricos ligados ao mesmo tempo provocam verdadeiras “tempestades elétricas” nos sistemas.

Temos um sistema de geração de eletricidade majoritariamente hidrelétrico. Assim, estas centrais podem ser ligadas em poucos minutos, e o pico de consumo é suprido rapidamente. Tanto as geradoras de energia quanto as distribuidoras e transportadoras deveriam se preocupar mais com o problema e incentivar a eliminação gradativa do chuveiro elétrico e favorecer a autoprodução, para não terem que investir tanto em capital fixo e, assim, conseguirem maior lucratividade nas suas operações. Consumidores, produtores e distribuidores de energia elétrica e os políticos obteriam benefícios com a maior difusão das tecnologias solares em residências. Mãos à obra.

Juan José Verdesio é professor da Universidade de Brasília

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Taís Hirata**Título:** Pagamento a elétricas pode chegar a R\$ 90 bi

A dívida bilionária que os consumidores de energia pagam mensalmente a transmissoras poderá ter seu prazo prorrogado de 8 para 25 anos. Na prática, isso reduziria a parcela paga por ano, mas pode ampliar o valor total desembolsado em até R\$ 30 bilhões por causa das correções monetárias.

O valor será corrigido por uma taxa fixada pela Aneel (agência reguladora).

A dívida, provocada por mudanças regulatórias feitas em 2012, pelo governo Dilma, havia sido calculada em R\$ 62,2 bilhões.

Com a alteração, o valor pode passar a até R\$ 93 bilhões ao fim dos 25 anos, segundo a Anace, associação que reúne grandes consumidores de energia.

O cálculo não é exato, pois pode sofrer com diferentes variáveis ao longo de um prazo tão extenso. O aumento do custo financeiro, porém, será de, no mínimo, R\$ 20 bilhões, estima Ricardo Savoia, diretor da consultoria Thymos.

O argumento do governo para rever a conta é que está em andamento um pacote de melhorias que dará mais eficiência ao setor elétrico, e o aumento poderá ser compensado por outras economias futuras que ocorreria, segundo apurou a Folha.

O imbróglio que gerou a dívida começou em 2012, quando a então presidente Dilma Rousseff antecipou a renovação das concessões das transmissoras. Em troca, foi prometida uma indenização, para compensar investimentos antigos não amortizados.

A negociação em torno da dívida foi longa e a cobrança só começou em agosto de 2017. Os valores definidos, porém, não são consensuais. Entidades de indústrias entraram com ações judiciais questionando a tarifa, que consideram elevada. Hoje, R\$ 9 bilhões do montante total estão travados por liminares, e outras ações aguardam análise.

Procurados, o **Ministério de Minas e Energia**, a Aneel e a EPE (Empresa de Pesquisa Energética) não comentaram.

ELETROBRAS

A nova forma de cobrança poderá ajudar o processo de privatização da Eletrobras, segundo analistas.

Um impacto positivo seria a redução da conta de luz no curto prazo, que seria de 2%, em média, segundo a Thymos.

Esse alívio poderia amenizar o impacto de um eventual aumento da tarifa provocado pela privatização da Eletrobras, reduzindo a resistência ao projeto, avalia Jorge Pereira da Costa, vice-presidente da consultoria Roland Berger. "Pode ser uma tentativa de retirar argumentos desfavoráveis à privatização."

Outro benefício seria o possível fim da briga judicial em torno da dívida, o que daria mais garantia de que os recursos entrariam no caixa.

Do valor total, 72% iria para a Eletrobras --só Furnas receberia 37%, e a Chesf, 21%.

A medida, porém, ainda está em negociação. Tanto transmissoras quanto consumidores criticaram a proposta.

A Anace diz que manterá a ação judicial, porque discorda da cobrança como um todo, e não só dos termos de pagamento. "O consumidor não tem que pagar nada. Além disso, falta transparência. Esses cálculos estão corretos? Que auditoria foi feita?", diz o presidente, Carlos Faria.

Do outro lado, a Abrate, que reúne transmissoras públicas e privadas, manifestou preocupação com a redução dos valores recebidos por ano.

"Com o pagamento em 25 anos, a receita [anual] é bem menor. Isso afeta nossa capacidade de atender aos investimentos que o ministério exige. As empresas aprovaram em 2017 seus planos de negócio contando com esse dinheiro. Se não se concretizar, vai ser uma frustração grande, é claro que vai ter problema", diz Mario Miranda, presidente da associação.

Além disso, a medida passará pelo crivo dos acionistas da Eletrobras, afirma Laura Souza, do Machado Meyer Advogados. "Se houver resistência, o governo deve rever."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth****Título: Deputado propõe nova agência para gerir bacia do São Francisco**

Relator do projeto de lei da privatização da Eletrobrás diz que rio precisa de mais recursos para revitalização.

O relator do projeto de lei da privatização da Eletrobrás, deputado José Carlos Aleluia (DEMBA), pretende criar uma agência de fomento para gerir a Bacia do Rio São Francisco. O órgão ficaria responsável pela gestão dos recursos que virão para a revitalização do rio, previstos no projeto de lei. A companhia deverá aplicar R\$ 9 bilhões ao longo dos próximos 30 anos em medidas para recuperar a bacia.

Para Aleluia, o valor é pequeno e inferior às necessidades da região, que precisaria de cerca de R\$ 500 milhões anuais apenas para concluir as obras de transposição, mesmo que num prazo menor. "O governo sempre viu o São Francisco sob a ótica exclusiva da geração de energia, e a Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) nunca se preocupou em desenvolver o vale e o rio.

Não deu outra: mataram o rio", disse Aleluia, engenheiro eletricista de formação e presidente da Chesf entre 1987 e 1989. "Os projetos em torno da revitalização do Rio São Francisco precisam de receita anual, que viria de um percentual da energia gerada pelas usinas hidrelétricas da região, após o processo de privatização e de descotização (substituição do regime de custos para preços de mercado)", acrescentou.

O modelo da agência, segundo Aleluia, seria semelhante à Tennessee Valley Authority (TVA), nos Estados Unidos, responsável pela gestão do rio de mesmo nome. "A TVA é uma empresa pública e nenhum presidente, nem mesmo Donald Trump, tem coragem de privatizá-la", afirmou. Criada em 1933, a TVA não recebe dinheiro de impostos e é financiada com recursos da venda de energia das usinas em sete Estados do sudeste dos EUA. A TVA também trabalha no controle de cheias, navegação, gestão territorial e ambiental e desenvolvimento regional.

Mandato. O deputado diz que a agência teria, no máximo, 30 funcionários, e não estaria sujeita a contingenciamentos orçamentários. Os diretores teriam mandato, a exemplo das agências reguladoras, e o órgão contaria com participação de entes privados. "A governança da agência ainda precisa ser pensada." De acordo com Aleluia, a agência coordenaria os trabalhos da Chesf e

de órgãos públicos, como Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), que hoje vivem de emendas parlamentares.

Ele disse que já apresentou a proposta ao presidente Michel Temer, que teria gostado da ideia, mas ainda vai discuti-la com os ministros. Aleluia pretende começar as discussões sobre o projeto de lei na próxima terça-feira, quando o Congresso reabre os trabalhos. O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia (MME) Paulo Pedrosa, afirmou que o projeto da privatização da Eletrobrás tem espaço para receber aperfeiçoamentos no Congresso. O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão informou que ainda não analisou a proposta do relator.

Segundo Aleluia, o Vale do Rio São Francisco deve ter em 2018 o pior ano da história. Na quinta-feira, o reservatório da hidrelétrica de Sobradinho (BA) estava com 13,84% da capacidade, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Para uma fonte do governo, a criação da agência não é desejável, mas pode ser aceita caso seja condição para aprovar o projeto de privatização da Eletrobrás ainda neste ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth, Amanda Pupo e Rafael Moraes Moura

Título: Venda da Eletrobrás pode ser retomada

Governo derrubou duas liminares que impediam processo de privatização da empresa; ideia era realizar a venda da estatal até junho.

O governo conseguiu derrubar ontem na Justiça duas liminares que suspendiam os efeitos da Medida Provisória 814/2017, que inclui a Eletrobrás no Programa Nacional de Desestatização (PND). Na prática, a queda das decisões judiciais vai permitir a contratação de estudos para iniciar o processo de privatização da companhia. Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, já estão prontos um decreto presidencial e uma portaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) para regulamentar a MP. Eles devem sair nos próximos dias, no Diário Oficial da União.

Paralelamente a isso, o governo corre contra o tempo para aprovar o projeto de lei de privatização da companhia, para realizar uma assembleia de acionistas até o fim de junho e viabilizar a pulverização do capital da empresa ainda em 2018. No dia 11 de janeiro, o advogado Antonio Ricardo Accioly Campos, irmão do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, morto em 2014, havia

conseguido uma decisão provisória que suspendia os efeitos da MP 814/2017, concedida pelo juiz federal Cláudio Kitner, da 6.ª Vara Federal de Pernambuco.

Tanto o governo quanto a Câmara dos Deputados recorreram da decisão, mas as liminares só caíram ontem. No Supremo Tribunal Federal, a liminar foi derrubada pelo ministro Alexandre de Moraes, em uma reclamação feita pela Câmara. Na quinta-feira, ele havia recebido a ministra-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU) para uma audiência. Já no Tribunal Regional Federal da Quinta Região (TRF-5), o desembargador Rubens Canuto atendeu a um agravo de instrumento movido pela União.

A Câmara e a AGU recorriam aos mesmos argumentos. Segundo a reclamação da AGU, a decisão do juiz, de 1.ª instância, usurpou a competência do Supremo, "consistente no exercício do controle abstrato de constitucionalidade de ato normativo federal". Segundo a AGU, a medida provisória só poderia ser questionada no STF, por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin). Já o desembargador do TRF-5 destacou que a MP 814 "não autorizou, em momento algum, a privatização da aludida empresa estatal". Ele destacou não ter visto inconstitucionalidade na publicação da proposta e ressaltou que a MP apenas afastou a proibição da realização de "estudos indispensáveis ao processo de desestatização".

"Gravidade".

Na avaliação do desembargador, a manutenção da liminar seria algo de "muito maior gravidade", pois "poderia inviabilizar que fossem efetivamente concretizados os estudos e procedimentos prévios que devem ser adotados para possibilitar o processo de privatização, comprometendo todo o cronograma previamente estabelecido". "Segundo já mencionado reiteradas vezes, a medida provisória apenas retirou o veto à desestatização da Eletrobrás, mas não estabeleceu que efetivamente o seria. Tanto que está expressamente consignado na exposição de motivos que a desestatização não prescinde da aprovação da lei, cujo projeto já foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso", acrescenta o desembargador.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Royalties do petróleo em São Paulo crescem 70%

Com crescimento da produção, especialmente no pré-sal, Estado arrecadou R\$ 2,5 bilhões em royalties no ano passado; Ilhabela foi cidade mais favorecida

O Estado de São Paulo quer consolidar em 2018 a posição de segundo maior produtor de petróleo e gás natural brasileiro, ultrapassando o Espírito Santo, depois de bater em 2017 mais um recorde de produção e arrecadação de royalties e participações especiais. De acordo como secretário estadual de Energia e Mineração João Carlos Meirelles, no ano passado São Paulo arrecadou R\$ 2,5 bilhões em royalties e participações especiais, um crescimento de 70% em relação ao ano anterior, e esse é apenas o começo de um novo cenário que vem elevando o Estado à posição de grande produtor. Há 10 anos, a arrecadação de São Paulo com royalties de petróleo girava em torno dos R\$ 6 milhões.

O Rio continua liderando o ranking, com R\$ 11 bilhões, enquanto o Espírito Santo caiu para o terceiro lugar, com R\$ 2,2 bilhões. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em dezembro de 2017 São Paulo foi o segundo maior produtor de petróleo no Brasil, com 471,7 mil barris diários (b/d), ante 440,1 mil b/d do Espírito Santo. O primeiro lugar ainda é do Rio de Janeiro, com 2,089 milhões de b/d. "Nos últimos 10 anos o aumento de produção por conta do pré-sal foi impressionante e temos perspectivas de crescer ainda mais nos próximos anos, principalmente agora com a retomada de leilões", disse Meirelles ao Broadcast/ Estadão, informando que os recursos vão direto para o Tesouro do estado para serem em parte investidos em pesquisas do setor.

Ilhabela foi o município que mais arrecadou royalties e participações especiais, um total de R\$ 439,6 milhões, ou 42,7% do total obtido, seguido de São Sebastião, com R\$ 87,3 milhões, e Caraguatatuba, com R\$ 82,3 milhões. Os três municípios (Ilhabela, São Sebastião e Caraguatatuba), respondem por 60% da arrecadação das cidades e estão localizados no litoral, área diretamente impactada pela atividade petrolífera. De acordo com Meirelles, o principal motivo da alta de arrecadação se deve ao aumento de produção de Sapinhoá, segundo maior campo produtor do País, que perde apenas para o campo de Lula, ambos na bacia de Santos.

Além da continuidade do crescimento de Sapinhoá, Meirelles aposta este ano na retomada do campo de Lapa, e, mais à frente, na exploração em Carcará, campo vendido pela Petrobrás para a norueguesa Statoil. "Para nós o aumento de royalties tem uma leitura estratégica, vai gerar trabalho e renda e queremos incentivar o uso de gás natural, que vai ser o combustível de transição para a energia renovável", afirmou

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Ricardo Leopoldo****Título: Petrobrás terá audiência pública nos EUA**

O juiz federal nos EUA Jed S. Rakoff, que preside o caso envolvendo ação coletiva movida por investidores internacionais contra a Petrobrás, realizará uma audiência pública no dia 23 de fevereiro na qual ouvirá as partes sobre a proposta de acordo anunciada no dia 3 de janeiro e que prevê o pagamento pela estatal de US\$ 2,95 bilhões.

A decisão da Justiça americana sobre a proposta de acordo só será decidida após a audiência, mas não tem data prevista para ocorrer. Quando foi anunciado o acordo pela Petrobrás, a companhia informou que a compensação financeira de US\$ 2,95 bilhões aos investidores que moveram a ação coletiva gerará impactos no resultado contábil do último trimestre de 2017. Segundo o acordo, o valor será pago em três parcelas, sendo que a primeira seria de US\$ 983 milhões em até 10 dias depois da aprovação preliminar da Justiça.

A segunda parte seria também de US\$ 983 milhões e seria desembolsada até 10 dias após a aprovação final do juiz. O terceiro pagamento seria de US\$ 984 milhões em até seis meses ou 15 de janeiro de 2019, o que ocorrer por último. O acordo proposto pela Petrobrás para encerrar a ação coletiva movida por investidores nos Estados Unidos está entre os dez maiores já fechados pela Justiça norte-americana em ações do tipo nas últimas décadas.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Com novo aumento, gasolina pesa no bolso**

Desde julho do ano passado, quando adotou uma nova política de preços para os combustíveis, a Petrobras já promoveu 144 ajustes, 24 apenas neste ano. Ontem, anunciou aumento de 0,5% para gasolina e de 0,6% no diesel, a vigorar a partir de hoje. Tantos movimentos resultaram numa alta acumulada de 15% em 2017. Mas, com algumas reduções este ano, o reajuste acumulado desde então é de cerca de 8%. O dado revelou o descompasso dos preços praticados pelos postos de Brasília, cuja alta é de quase 30%.

Nas bombas do Distrito Federal, o aumento entre o valor mais baixo registrado em 4 de julho do ano passado, de R\$ 3,05, e o menor verificado ontem, em Taguatinga, de R\$ 3,88, é de 27,21%. Essa distorção ocorre, conforme a estatal,

porque os preços são livres no Brasil. Mesmo que a Petrobras promova reduções nas refinarias, as distribuidoras e os donos de postos colocam suas margens em cima e, infelizmente, estão sempre mais dispostos a aumentar do que a reduzir os valores cobrados.

Por conta disso, o governo admite que os sucessivos reajustes na gasolina podem pressionar a inflação de 2018. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse ontem que o aumento no valor dos combustíveis é “sempre um problema”. “Para o cidadão comum, pesam mais, porque ele olha o preço de cada coisa, enquanto o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) é uma média de centenas de itens. Ainda vamos ver como é que vai ficar a inflação ao longo do ano”, disse.

Custo

“A gasolina está subindo muito porque está acompanhando o custo médio do petróleo no mercado internacional”, destacou Oliveira. A pasta elevou sua previsão para o custo médio do barril do petróleo no fim do ano em 30%, passando de US\$ 52,20 para US\$ 68,20. Ao ser questionado pelo Correio sobre os reajustes dos postos estarem ocorrendo acima do percentual anunciado pela Petrobras, o ministro tergiversou. “Isso é um problema de concorrência que tem que ser monitorado pelos órgãos competentes”, disse.

Em julho de 2017, o valor do barril de petróleo Brent estava em pouco menos de US\$ 50 e a cotação do dólar, em R\$ 3,31. Ontem, o barril foi cotado em US\$ 68,60 e o câmbio ficou em R\$ 3,21, com uma alta de 34,27% desde que a Petrobras passou a considerar a volatilidade do mercado global para precificar a gasolina e o diesel nas refinarias. Segundo o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, a estatal considera outras variáveis e também a variação do preço da gasolina no mercado global. “Tem muitos fatores envolvidos, não é só o valor do barril do petróleo, tem fretes e o cálculo é baseado num critério interno da Petrobras, uma questão de estratégia empresarial”, explicou.

Pires também alertou que houve variação tributária no período, com aumento do PIS sobre os combustíveis. “Em alguns estados, metade do preço de bomba é tributo. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, são 34% apenas de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)”, destacou. Para combater irregularidades como o descompasso nos reajustes promovidos pela Petrobras nas refinarias e os preços praticados, o diretor do Cbie recomenda que o consumidor tenha uma atuação mais ativa. “Como a Petrobras segurava preço, o consumidor se acomodou. Agora, precisa incentivar a concorrência. São mais de 35 mil postos no país e 300 distribuidoras. Ao perceber a possibilidade de um cartel, o consumidor tem que denunciar”, alertou.

Com preços tão parecidos nos postos, quando surgem promoções agressivas há certa desconfiança e chegou a surgir um boato de que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) havia autorizado a venda de gasolina “formulada”, um produto que seria mais barato e poderia ser danoso para os motores dos carros. A ANP negou o fato e explicou: “Toda gasolina produzida no Brasil e no resto do mundo é formulada. A formulação é parte do processo de produção da gasolina pelas refinarias, centrais petroquímicas e pelos formuladores”, esclareceu.

De acordo com a agência reguladora, a produção de gasolina se caracteriza pela mistura de frações de hidrocarbonetos (correntes) obtidas por diferentes processos do refino. Essa mistura pode ser feita pela própria refinaria ou por outro agente econômico autorizado que adquira essas frações.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: População reclama

Depois de mais um reajuste anunciado pela Petrobras, a gasolina, a partir de hoje, ficará 0,5% mais cara nas refinarias, alta que poderá ser repassada à bombas. No Distrito Federal, a população tem se deslocado para abastecer, enfrentando longas filas para conseguir alguns centavos de desconto no preço. Embora pareça uma diferença pequena, é consenso entre os consumidores que ela pesa no cálculo final. Levantamento feito pelo Correio em 33 postos de revenda mostra que o litro mais barato está em R\$ 3,88, enquanto o mais caro chega a R\$ 4,44.

O empresário Ângelo José Fincato, de 34 anos, morador do Lago Norte, acredita que a alta trará problemas futuros. “Se não acabar, vai ter boicote. Eu sou produtor, tenho que comprar madeira, mexer com gráfica, fazer diversas coisas, e o combustível é essencial, vital, para a cidade girar. Aumentá-lo toda hora faz subir o preço do pão, entre outras coisas, porque tudo depende de combustível”, analisou.

Além da diferença de preço entre postos, o acréscimo para quem paga com cartão de crédito é outra dificuldade que os consumidores enfrentam no dia a dia. “Eu uso cartão e sou prejudicado. Levo isso em consideração na hora de escolher o posto”, disse o administrador Hudson Nogueira Peixoto, 35 anos. Morador de Sobradinho, ele se desloca até a Asa Norte, onde os preços são mais baixos. “Meu trabalho é externo, rodo muito e abasteco nos locais que sei que são mais baratos, mas o preço que pagamos é absurdo”, desabafa.

Morador do Riacho Fundo 1, Thiago Alves de Oliveira, de 29 anos, se desloca até Taguatinga, onde é possível abastecer por R\$ 3,88, valor mais baixo encontrado no levantamento feito pelo Correio. Ele disse que, de um ano para cá, tem gastado R\$ 100 a mais, por mês, com combustível. “Geralmente pesquiso antes de abastecer, mas este posto tem o preço mais em conta e, por isso, a fila é grande. Demoro, em média, uma hora para conseguir abastecer, e aí tem que encher o tanque”, avaliou.

* Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: S.K.

Título: STF abre caminho para a venda da Eletrobras

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), derrubou, ontem, a decisão liminar da Justiça Federal de Pernambuco que impedia o governo de vender a estatal, ao anular o artigo 3º da Medida Provisória nº 814/2017, que recoloca a companhia no Programa Nacional de Desestatização (PND). A decisão atende a uma ação de reclamação da Câmara dos Deputados, apresentada ao STF em 15 de janeiro.

A Advocacia-Geral da União (AGU) fez a mesma solicitação ao Supremo e também entrou com recurso no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que negou o pedido. Com a decisão do STF, o governo poderá continuar fazendo os estudos necessários para vender a estatal à iniciativa privada, tratativas que foram interrompidas depois que, em 11 de janeiro, o juiz da 6ª Vara Federal de Pernambuco, Cláudio Kitner, suspendeu o artigo da MP que incluía a Eletrobras e subsidiárias no PND.

Na decisão, Kitner afirmou que a medida não tinha urgência e que o assunto merecia a participação do Congresso. O governo rebateu, argumentando que a privatização da Eletrobras foi encaminhada ao Legislativo por meio de um projeto de lei que permitirá todo o debate necessário com os parlamentares. Segundo o Executivo, o artigo 3º havia sido inserido na MP para garantir agilidade aos estudos e à contratação de consultoria para criar o modelo de privatização da estatal.

Na decisão, o ministro do STF julgou procedente o pedido feito pela Câmara e pela União nas reclamações 29477 e 29478 porque a decisão de declarar a inconstitucionalidade do ato normativo em face da Constituição Federal, e retirá-lo do ordenamento jurídico com efeitos para todos, usurpa a competência do STF. “Não importa se o pedido de declaração de inconstitucionalidade consta

como principal ou disfarçadamente, pois o objeto da referida ação popular pretende retirar do ordenamento jurídico o ato impugnado com efeitos erga omnes (para todos), sendo, inclusive, idêntico a objeto de questionamento recentemente ajuizado nesta Corte”, afirmou o ministro, que determinou a extinção da ação popular em curso na Justiça Federal de Pernambuco.

Para o presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), Mario Menel, a decisão do STF foi sensata. “A MP não está autorizando a privatização, está apenas determinando que podem ser feitos os estudos necessários. A argumentação do juiz de Pernambuco, de que não há urgência, esta sim é insensata, porque os números mostram que a privatização é necessária. Há uma sangria na Eletrobras, e quanto antes tiver uma gestão eficiente, mas rápido isso vai se traduzir em tarifa mais baratas para os consumidores”, avaliou. ()

MME / ASCOM .